

## PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DO DISCURSO EM MICHEL FOUCAULT: UMA LEITURA POSSÍVEL

ANA PAULA ANDRADE  
FERNANDA BATISTA MOREIRA DE ANDRADE

### RESUMO

Este texto é resultado de pesquisas produzidas no campo da educação e, também, de estudos realizados em grupos de pesquisa sobre a obra de Michel Foucault. Apresentamos aqui uma leitura possível para conhecer os procedimentos de controle do discurso e entender de que maneira um discurso dentro do domínio de um saber se comporta a partir de determinado regime de verdade. Dessa leitura dos procedimentos de controle do discurso, é possível compreender como os saberes se comportam dentro de um certo regime discursivo e de um regime de verdade específico, o que nos permite pensar e entender problematizações contemporâneas. A análise do discurso, nesse sentido, mostra o jogo dos procedimentos de controle e, também, como podemos utilizar o dispositivo discursivo de poder: saber-poder. Percebemos que a análise do discurso foucaultiana nos permite ter outros olhares sobre os objetos de pesquisa, no nosso caso, da educação, para entendermos o dispositivo discursivo de poder, a relação saber-poder, que tanto nos atravessa.

**Palavras-chave:** Procedimentos de controle. Discurso. Michel Foucault.

## MICHEL FOUCAULT DISCOURSE CONTROL PROCEDURES: POSSIBLE READING

### ABSTRACT

This text is the result of research produced in the field of education and, also, of studies carried out in research groups on the work of Michel Foucault. We present here a possible reading to know the procedures of discourse control and to understand how a discourse within the domain of knowledge behaves based on a certain regime of truth. From this reading of the discourse control procedures, it is possible to understand how knowledge behaves within a certain discursive regime and a specific truth regime, which allows us to think and understand contemporary problematizations. Discourse analysis, in this sense, shows the game of control procedures and, also, how we can use the discursive power device: know-power. We realized that the analysis of Foucault's discourse allows us to have other views on the objects of research, in our case, on education, in order to understand the discursive power device, the knowledge-power relationship, which crosses us so much.

**Keywords:** Control procedures. Discourse. Michel Foucault.

## PROCEDIMIENTOS DE CONTROL DE DISCURSO DE MICHEL FOUCAULT: LECTURA POSIBLE

### RESUMEN

Este texto es el resultado de investigaciones realizadas en el campo de la educación y, también, de estudios realizados en grupos de investigación sobre la obra de Michel Foucault. Presentamos aquí una posible lectura para conocer los procedimientos de

control del discurso y comprender cómo se comporta un discurso dentro del dominio del conocimiento basado en un cierto régimen de verdad. A partir de esta lectura de los procedimientos de control del habla, es posible comprender cómo se comporta el conocimiento dentro de un cierto régimen discursivo y un régimen de verdad específico, lo que nos permite pensar y comprender las problematizaciones contemporáneas. El análisis del discurso, en este sentido, muestra el juego de los procedimientos de control y, también, cómo podemos utilizar el dispositivo de poder discursivo: saber-poder. Nos dimos cuenta de que el análisis del discurso de Foucault nos permite tener otras visiones sobre los objetos de investigación, en nuestro caso, sobre la educación, para comprender el dispositivo de poder discursivo, la relación conocimiento-poder, que tanto nos atraviesa

**Palabras clave:** Procedimientos de control. Discurso. Michel Foucault.

## 1. INTRODUÇÃO

Este texto é resultado de estudos foucaultianos das autoras realizados em grupos de pesquisa sobre o filósofo e suas obras, assim como de pesquisas produzidas na educação. Na análise de discurso de Michel Foucault, as formações discursivas pertencem a tempos históricos específicos, assim o filósofo mostra através da arqueologia/ genealogia outra forma de se fazer e pensar história.

Apresentamos aqui uma leitura possível, um caminho para entender os procedimentos de controle do discurso em Foucault e a maneira como um discurso dentro do domínio de um saber se comporta a partir de determinado regime de verdade. Para o filósofo, a verdade:

é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2015, p. 52).

Desse modo, a verdade de um discurso é compreendida como um efeito das relações de poder e como dispositivo de poder. Não há, assim, uma única verdade, mas verdades em relação às coisas. Temos como ponto de partida, neste trabalho, a obra de Foucault (2014a), "A ordem do discurso", por trazer uma perspectiva analítica a qual busca compreender como cada discurso emerge enquanto discurso verdadeiro e se tornam dispositivos de poder no jogo de disputas.

O uso desse conceito para se pensar a educação institucional, de acordo com Gore (2011, p. 16), nos possibilita "olhar [...] para os mecanismos de nossas instituições educacionais, questionar a verdade de nossos próprios e cultivados discursos, examinar aquilo que faz com que sejamos o que somos.". Nesse sentido, ela ainda afirma que os "regimes de verdade não são necessariamente negativos, mas, antes, necessários" (GORE,

2011, p. 16) e que sua tarefa enquanto pesquisadora e docente é identificar os regimes de verdade aos quais ela própria faz parte.

Este artigo mostra as obras lidas; o estudo arqueológico e genealógico em Foucault; os procedimentos de controle do discurso e, ao final, nossas considerações acerca da análise discursiva foucaultiana.

## 2. AS OBRAS LIDAS

“A ordem do discurso”, “Arqueologia do saber”, “A verdade e as formas jurídicas” e “Microfísica do poder” foram as obras lidas e escolhidas para entendermos a análise discursiva foucaultiana a partir dos procedimentos de controle do discurso.

“A ordem do discurso” trata-se da transcrição da aula inaugural apresentada no *Collège de France* em 1970, publicada em 1971. A obra foi escolhida por se tratar do primeiro livro, dentre os mais significativos, que apresenta o estudo genealógico. Há autores que dividem a obra de Foucault em três fases: arqueologia, genealogia e ética; e há autores que dizem que todas essas fases estão em constante diálogo.

A análise dos discursos, em “A ordem do discurso”, propõe partir das diferenças dos discursos com o intuito de identificar o deslocamento entre eles, assim como o controle, o poder e as condições de possibilidade de sua emergência. “A análise do discurso assim entendida não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação.” (FOUCAULT, 2014a, p. 66). Uma vez problematizada a universalidade do termo e de seu sentido, sua descontinuidade deixa de ser algo a ser evitada para ser justamente o lugar da análise. Desse modo, se percebe o problema da verdade para Foucault, quando questiona o poder de afirmação de um determinado discurso.

A verdade ou regimes de verdade emergem a partir de combates, ou seja, a partir das relações de poder. Com o intuito de compreender de forma aprofundada as categorias teóricas presente em “A ordem do discurso”, foi necessária a leitura de “Arqueologia do saber”, já que tais categorias são extensivamente trabalhadas nesse livro.

O livro “Arqueologia do saber”, publicado em 1969 (FOUCAULT, 2014b), trata-se da apresentação do caminho metodológico utilizado por Foucault no estudo arqueológico. É também uma resposta do filósofo aos tantos questionamentos que teve em relação a suas três primeiras obras – “História da loucura” (1961), “O nascimento da clínica” (1963) e “As palavras e as coisas” (1966). Como dito anteriormente, Foucault inaugura um modo de fazer história, que incomodou os intelectuais de sua época.

Uma relação possível entre “A ordem do discurso” e “Arqueologia do saber” é verificar que as categorias do conjunto crítico, no primeiro livro, estão mais detalhadas na segunda obra. Outra interpretação possível para relacionar os dois trabalhos: mesmo não aparecendo o termo genealogia em “Arqueologia do saber”, o que o filósofo chama de emergência ou o aparecimento de formas novas de positividade são apontadas pelo procedimento que o filósofo chama de conjunto genealógico em “A ordem do discurso”.

Para promover o estudo genealógico, é necessário o entendimento de outro elemento que Foucault identifica em sua análise: os dispositivos não discursivos. Recorremos à obra “A verdade e as formas jurídicas” de 1974 para melhor compreender esses dispositivos.

A relação estabelecida entre os textos “A ordem do discurso” e “A verdade e as formas jurídicas” ocorre na medida em que o primeiro aborda sobre os procedimentos de controle dos discursos, enquanto o segundo se refere aos sistemas não discursivos de controle e de poder que se relacionam com os domínios do saber e, desse modo, denunciam a verdade como um efeito desses procedimentos. Foucault (2013) propõe que o estudo da genealogia do poder volte-se para o abandono de concepções totalizantes que unificavam a história e a política.

Candiotto (2010, p. 90) entende que "a estratégia genealógica [...] pretende destacar o poder como potência capaz de induzir, suscitar e produzir objetos.". O que é considerado para análise do debate entre os regimes de verdade é a disputa a partir do conceito de relações de saber-poder.

### 3. ESTUDO ARQUEOLÓGICO E GENEALÓGICO EM FOUCAULT

O estudo arqueológico é uma proposta de análise pensada por Michel Foucault (2014b), que tem como finalidade uma análise alternativa sobre os saberes do domínio da história tradicional. Nesse sentido, o filósofo usa o termo arqueologia por entender que as coisas deixadas no passado tomam sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico. Como consequência, se tem no domínio do objeto analisado o efeito de superfície, a noção de descontinuidade, a ideia de regularidade (em lugar da ideia de origem ou criação) e a possibilidade de uma história geral (em lugar de uma história global).

Por meio do estudo arqueológico, é possível tomar as unidades prontas, problematizá-las e a partir de então reconhecer as descontinuidades de que a história tradicional se esquiva. Deve-se reconhecer “uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade.”. (FOUCAULT, 2015, p. 266).

Dessa forma, ao considerar os saberes descontínuos e desqualificados, identificam-se as descontinuidades. O estudo arqueológico permite, portanto, identificar os saberes descontínuos e desvalorizados do campo da educação, como é no nosso caso. Assim, é possível identificar as descontinuidades presentes nos discursos utilizados pelas pesquisas já realizadas na área, e evidenciar saberes menos aceitos como verdadeiros que guardam "a memória dos combates" ou "o saber histórico das lutas". (FOUCAULT, 2015).

O termo discurso é utilizado pelo filósofo para problematizar as unidades provisórias. O discurso para ele é um acontecimento, ou seja, é no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que possui seu lugar, que apresenta seus efeitos. Além disso, Foucault (2014b) apresenta a diferença entre discurso enquanto campo de acontecimento discursivo e o discurso enquanto um sistema linguístico, pois não se trata de um conjunto de regras linguísticas, as quais ligam signos a coisas, mas sim, uma descrição dos acontecimentos discursivos que se formam como horizonte para buscar as unidades a serem analisadas. Desse modo, o estudo arqueológico, assim proposto, é um projeto de análise crítica que questiona as instâncias de controle dos discursos, analisando ao mesmo tempo as regularidades discursivas que se formam por meio desse controle.

Assim, ao pensar a produção do discurso nos domínios da história tradicional (e nas ciências humanas), Foucault (2014a) entende que o discurso é o efeito de certos

procedimentos de controle das formações discursivas. Dessa forma, “a produção de discursos é [...] controlada, selecionada, organizada e redistribuída por [...] procedimentos que têm por função [...] conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 2014a, p. 8-9).

A análise, nesse sentido, faz com que os poderes e perigos, a aleatoriedade e a materialidade sejam entendidos como constituintes do discurso e não algo de que se possa desviar. Foucault (2015) pensa o poder constituinte do discurso não como uma força central, mas, sim, relações que se estabelecem em movimento. O poder é, portanto, imanente a qualquer relação, se estabelece sempre no diferencial do que uma parte é capaz. O controle dos discursos atende aos interesses das relações de poder, isto é, os próprios controles dos discursos são expressões de exercício de poder.

As práticas de controle do discurso, numa análise arqueológica, se mostram como um caminho para localizar genealogias (assim como das ciências humanas) as quais têm por efeito um poder sobre os sujeitos. Para Foucault (2014b), esse saber não se limita a uma positividade, a uma episteme ou a uma ciência. "O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas." (FOUCAULT, 2014b, p. 221).

Dessa maneira, compreende-se que só há saber quando há uma prática discursiva definida e uma prática discursiva se define pelo saber que ela forma. Foucault (2014b, p. 144) entende por práticas discursivas "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam [...] as condições de exercício de uma função enunciativa.". Já o enunciado é ligado a um referencial; quando relacionado a um sujeito com uma intenção de significado; quando se exerce dentro de um domínio, com um campo enunciativo e materialidade. O discurso, assim, é formado por um conjunto de enunciados justapostos.

No estudo genealógico, os dispositivos de poder aparecem a partir da articulação entre as questões referentes a um novo saber e à prática discursiva que define e é definida por esse saber. Nesse sentido, “o que fez a genealogia foi considerar o saber [...] peça de um dispositivo político que como tal, se articula com a estrutura econômica [...], a questão foi de como se formaram domínios de saber a partir de práticas políticas disciplinares.” (FOUCAULT, 2015, p. 27).

Desse modo, um saber sobre um objeto, como a sexualidade analisada por Foucault (2014a, b), e sobre as práticas discursivas que definem esse saber, tem como efeito: controle, proibições, exclusões, limites, valorizações, liberdades e transgressões, ou seja, aparecem no saber em questão seus dispositivos de poder sobre os indivíduos que se sujeitam, se submetem ou se entendem ligados a esses saberes. "A expressão saber-poder foi cunhada [...] para sublinhar essa imbricação das práticas discursivas com os dispositivos de poder." (FOUCAULT, 2013, p. 10).

Nesse sentido, Gore (2011, p. 11) entende que o poder não pode ser entendido como apenas algo repressivo, pois não se trata de desmascarar o poder para revelar uma verdade. A verdade é ela própria um efeito das relações de poder. Destaca-se que, para Foucault, saber e poder não são idênticos. Favacho (2010, p. 559) esclarece que "o poder é ação sobre ação, enquanto o saber é a complexidade das inconfessadas formas pelas quais o construímos.". Além de efeito das relações de poder, a verdade permite legitimar,

justificar e reproduzir mecanismos de poder. Desse modo, verdade é efeito das relações de poder e também é dispositivo discursivo de poder.

Para que as relações de poder sobre o discurso e por meio do discurso se estabeleçam e para que seu acontecimento não se dê de forma aleatória, é necessário o controle e o domínio do discurso. O estudo arqueológico é capaz de identificar esse controle e o considera intrínseco ao próprio discurso. Além disso, para Foucault (2014a), a aleatoriedade e o acaso são compreendidos como categorias na produção do discurso enquanto acontecimento. O discurso deve ser tratado como séries regulares de acontecimentos e o acaso e a aleatoriedade, que se tenta dominar na produção dos discursos, devem ser, para ele, considerados constituintes do próprio discurso (FOUCAULT, 2014a).

Quando estamos diante de discursos já efetuados, temos que considerar que ele sofre um efeito que Foucault (2014b) chama de inércia: permanecem no esquecimento até serem retomados. Ou seja, é como se estivessem parados em uma biblioteca, perdidos no tempo. Os discursos são deixados no esquecimento por inércia. Os procedimentos de controle do discurso têm por função dominar essa inércia que o acaso conservou. Assim, alguns discursos guardados no esquecimento podem ser decodificados e reativados e por meio de seus enunciados os sentidos se proliferam.

Os procedimentos de controle do discurso atuam, então, no que poderia ser um acontecimento aleatório para que tal proliferação obedeça a determinados regimes e possibilidades, a partir do desejo e da intenção intrínsecos à sua unidade dentro das sociedades contemporâneas. O desejo e a intenção intrínsecos ao discurso “não são elementos perturbadores que, superpondo-se à sua forma pura, neutra, intemporal e silenciosa, a reprimiriam e fariam falar em seu lugar um discurso mascarado, mas [são] sim elementos formadores.”. (FOUCAULT, 2014b, p. 80).

Os elementos formadores do discurso são sua materialidade. Uma materialidade que define a identidade do enunciado e que se manifesta quando se entende o enunciado enquanto acontecimento. Assim, o enunciado deve ter uma existência material, uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Tal materialidade não é indiferente ao enunciado, nem a uma relação de enunciados e nem ao discurso. A materialidade deve ser entendida como parte constitutiva do discurso. Reconhecer a existência transitória da materialidade, que é intrínseca, constitutiva e singular de cada enunciado ou conjunto de enunciados, possibilita perceber seu acontecimento, sua possibilidade de repetição, sua reprodução. A identidade de um enunciado presente em um discurso varia, conforme varia seu *status* material:

entre o texto de uma Constituição, de um testamento, ou de uma revelação religiosa, e todos os manuscritos ou impressos que os produzem exatamente com a mesma escrita, nos mesmos caracteres e sobre temas análogos, não pode se dizer que haja equivalência: de um lado há os próprios enunciados, do outro, sua reprodução. (FOUCAULT, 2014b, p. 125).

Foucault chama à atenção para a materialidade do discurso porque ela denuncia a descontinuidade do termo, do conceito, do objeto. Na materialidade, a descontinuidade se mostra e se é possível reconhecer novas formações discursivas, é onde é possível localizar

as lutas e resistências. O enunciado é repetível. A enunciação acontece apenas uma vez e há possibilidades de inscrição e de transcrição que seguem certas leis e regimes. Há um possível campo de estabilidade no qual se pode manter sua identidade reconhecendo seu campo de utilização. A materialidade traz à luz elementos não visíveis, mas existentes no discurso que podem ser considerados como constituinte do seu acontecimento, que denunciam seu desejo e suas condições de possibilidade. É preciso considerar como constituinte do discurso a coisa dita e o porquê essa coisa foi dita e não outra coisa em seu lugar.

A partir de um conjunto de enunciados, submetidos a uma análise arqueológica, as possibilidades de regularidade aparecem e os elementos não visíveis são trazidos à luz. Dessa forma, novas formações discursivas e novos objetos emergem para serem analisados.

#### 4. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DO DISCURSO

Em “A ordem do discurso”, Foucault (2014a) apresenta dois conjuntos distintos: o conjunto crítico e o conjunto genealógico — a saber, esses conjuntos se diferem entre si, pois colocam em prática princípios diferentes. O conjunto crítico apresenta os procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem a produção do discurso. É o conjunto de procedimentos que colocam em prática o que o filósofo chama de princípio da inversão. Trata-se de procedimentos que procuram “cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação [...]; mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram controladas.” (FOUCAULT, 2014a, p. 57).

Segundo Veiga-Neto (2013), inverter o caminho investigativo permite deslocar o ponto de partida da análise. A proposta é não analisar a partir das instituições como *locus* do poder e sim conduzir a análise a partir das relações de poder e de força que atravessam instituições e indivíduos.

Tal análise possibilita identificar as forças, os controles e, portanto, os dispositivos de poder. Depois de identificados os dispositivos de poder é possível, então, identificar as condições de aparição de novos sujeitos, saberes e objetos: é assim chamado o conjunto genealógico. Os princípios colocados em prática no conjunto genealógico tratam de saber “como se formaram, através, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento e de variação.” (FOUCAULT, 2014a, p. 57).

Portanto, o conjunto crítico não é inteiramente separável do conjunto genealógico. Para Foucault (2014a), a tarefa crítica questiona as instâncias de controle, analisa as regularidades discursivas. A descrição genealógica considera os limites que interferem nas formações dos discursos. A relação entre esses dois conjuntos de procedimentos ocorre na medida em que toda análise crítica apresenta limites de possibilidades para uma descrição genealógica. Assim, a análise crítica e a descrição genealógica dos conjuntos de enunciados permitem o aparecimento das descontinuidades dos discursos que interessam. Nesse sentido, identificar os procedimentos de controle, seleção e organização dos discursos e identificar as formas de positivação que produziram o verdadeiro não são tarefas inteiramente separáveis.

De acordo com a proposta de análise de Foucault (2014a), o conjunto crítico é constituído pelos seguintes procedimentos: os procedimentos de exclusão (a interdição, a separação ou rejeição, a oposição entre verdadeiro e falso); os princípios de rarefação dos discursos (procedimentos de classificação, ordenação e distribuição por meio do comentário, do autor, das disciplinas); e os princípios de rarefação dos sujeitos que falam (procedimentos que autorizam ou não o sujeito do discurso, tais como: o ritual, as sociedades de discurso, os grupos doutrinários, as apropriações sociais).

Os procedimentos de exclusão se exercem no exterior do discurso, colocam em jogo o poder e o desejo constituintes a esses discursos e tem função restritiva e coercitiva. Dentre os procedimentos de exclusão, a interdição é, para Foucault (2014a), o mais familiar: "sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa." (FOUCAULT, 2014a, p. 9). O tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado ou exclusivo de falar são, para Foucault (2014a), os três tipos de procedimento que se cruzam, se forçam e se compensam. As interdições que atingem o discurso, de maneira restritiva e coercitiva, revelam sua ligação com o desejo e com o poder uma vez que o discurso é também objeto de desejo, além de ser aquilo que traduz as lutas e os sistemas de dominação. A interdição atua de forma mais efetiva no campo da sexualidade e da política.

Outro procedimento de exclusão é o da separação ou rejeição. Separa-se a palavra considerada verdadeira da palavra que não tem importância, da palavra rejeitada, da palavra nula. A palavra considerada nula, não acolhida, não tem valor de verdade nem de importância. Ela não pode ser considerada ao testemunho na justiça ou autenticar um contrato, tampouco conduzir um ritual religioso. As palavras rejeitadas são palavras não recolhidas, não escutadas. Essa separação se exerce na escuta, "escuta de um discurso que é investido pelo desejo e que se crê – para maior exaltação ou maior angústia – carregado de terríveis poderes." (FOUCAULT, 2014a, p.13). De acordo com as análises do filósofo, é então que se decifram os poderes do discurso que é validado por uma escuta restritiva e coercitiva que separa o discurso verdadeiro do que não tem valor de verdade.

Ao lado da separação ou rejeição, Foucault (2014a) apresenta um terceiro procedimento de exclusão: a separação entre verdadeiro e falso. O filósofo explica que, aparentemente, "a separação entre verdadeiro e falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta" (FOUCAULT, 2014a, p. 13, 14) como deveriam ser os procedimentos de controle do discurso. A separação entre verdadeiro e falso não parece se exercer com pressão ou violência. Entretanto, é preciso estar atento se há uma vontade de saber e uma vontade de verdade no jogo do verdadeiro e falso.

Para o filósofo, trata-se de uma separação, historicamente, construída por considerar o deslocamento da verdade que se localizava no ritual de enunciação para o próprio enunciado. Foucault (2014a) busca esse deslocamento no discurso verdadeiro entre os poetas gregos do século VI a.C. Naquele contexto, a verdade do discurso se dava, não no enunciado, mas porque era pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido. A esse discurso verdadeiro era preciso submeter-se. Quando o discurso verdadeiro desloca-se da enunciação, a partir de Platão, para o próprio enunciado, ele desloca-se para o sentido, a forma, o objeto e para a relação que o enunciado tem com sua



referência. Esse deslocamento deu forma à nossa vontade de saber. O discurso verdadeiro, doravante ligado à nossa vontade de saber, continuou deslocando-se.

Foucault (2014a) explica como nesse procedimento, separação entre verdadeiro e falso, que enfim nos leva a novas formas de vontade de saber, também está em jogo o desejo e o poder. Nesse procedimento, aparece aos nossos olhos uma verdade que seria universal. Isso porque “ignoramos em contrapartida a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que [...] em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recoloca-la em questão contra a verdade.”. (FOUCAULT, 2014a, p. 19-20).

Dessa forma, aparecem, então, o desejo e o poder constituintes do discurso que se formam como efeito do procedimento de controle do discurso: separação entre verdadeiro e falso. O discurso que se quer verdadeiro acaba por mascarar a verdade libertando-a do desejo, liberando-a do poder por meio de um procedimento de controle que funciona de maneira restritiva e coercitiva.

Além disso, o princípio de rarefação, diferentemente dos procedimentos de exclusão, exerce controle no interior do discurso. Dentro do próprio discurso, o princípio de rarefação funciona para ordenar, classificar e distribuir o próprio discurso. O que é colocado em jogo aqui é o acontecimento e é o acaso constituinte do discurso, do seu conjunto de enunciados. No interior do próprio discurso, ele é retomado e lhe é reforçada a unidade e a coerência. (FOUCAULT, 2014a).

O comentário é um princípio de rarefação do discurso que se exerce a partir de narrativas maiores que, de acordo com Foucault (2014a), existem em qualquer sociedade. Assim, o princípio do comentário seriam narrativas que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos conjuntos ritualizados de discurso que se narram e que conferem circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza.

Foucault (2014a) compreende, por narrativas maiores no nosso sistema cultural, os textos religiosos, os jurídicos e, de certa maneira, os científicos. Quando um texto de uma narrativa maior é retomado e colocado em prática por um comentário, ele deve ser considerado na sua materialidade. Não se pode esperar que, a partir desse procedimento, o efeito seja o retorno da mesma enunciação. Entretanto, é por meio do comentário, que o enunciado pode ser compreendido na sua remanência. O entendimento para o termo que interessa é o da conservação, em certa medida, da aplicação do enunciado, nas práticas e nas relações sociais que derivam do acontecimento enunciativo da narrativa maior. (FOUCAULT, 2014b). Um exemplo de comentário é este presente artigo.

Para a análise de uma pesquisa, a possibilidade de remanência de um enunciado depende de certo número de suportes e de técnicas materiais tal como o livro. A possibilidade de remanência de um enunciado está relacionada a certos tipos de instituições, da mesma que a biblioteca. Enfim, para que seja possível o efeito de remanência é preciso perceber o discurso e seus enunciados tendo como suporte de certas modalidades estatutárias. Foucault (2014b) ressalta que o texto religioso, um regulamento do direito ou uma verdade científica enquanto modalidades estatutárias oferecem diferentes suportes para a remanência do enunciado. Assim, tanto as instituições quanto as modalidades estatutárias são entendidas, portanto, como suporte e técnicas materiais para uma conservação bem sucedida ou acidental da existência de um enunciado. Dessa

forma, “as coisas não têm mais o mesmo modo de existência, o mesmo sistema de relações com o que as cercam, os mesmos esquemas de uso, as mesmas possibilidades de transformação depois de terem sido ditas.” (FOUCAULT, 2014b, p. 151).

Outro princípio de rarefação do discurso é o autor. O autor é entendido como "princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações". (FOUCAULT, 2014a, p. 25). Nos domínios em que se atribui a um autor determinado discurso, o papel é desempenhado de maneiras diferentes. Sobre isso, Foucault (2014a) compreende que o princípio do autor, aplicado nos domínios da ciência, tem como papel dar ao discurso seu valor científico. Já na literatura, o autor tem como função dar unidade ao discurso. "O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real." (FOUCAULT, 2014a, p. 26).

A organização das disciplinas é também um princípio de rarefação do discurso. Oposta ao princípio do comentário e do autor, Foucault (2014a) apresenta a organização das disciplinas definida por "um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos." (FOUCAULT, 2014a, p. 28).

Uma disciplina é um sistema anônimo que não procura redescobrir um sentido, como é o caso do comentário ou procura uma identidade e coerência como faz o autor. "A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras." (FOUCAULT, 2014a, p. 34). No interior de seus limites, a disciplina reconhece as proposições verdadeiras e falsas. O conjunto de enunciados constituinte de uma disciplina dirige-se a um plano de objetos determinados. Trata-se, pois, de um conjunto de proposições que podem ser inscritas em certo horizonte teórico desde que haja possibilidade de serem formuladas e reformuladas indefinidamente.

A coerção na organização das disciplinas é entendida como um campo possível ou não de, dentro de seus domínios, encontrar um discurso verdadeiro. O campo coercitivo acontece em torno da disciplina, na sua relação com outros discursos. Assim, pode-se dizer uma verdade fora do domínio da disciplina, mas se não há possibilidades de se tornar uma reformulação de seu corpus pela sua relação com outros discursos, ela não encontra um efeito de verdade. O comentário, o autor e a organização das disciplinas são princípios de rarefação do discurso porque colocam em jogo o acontecimento e o acaso classificando, ordenando e distribuindo o discurso.

Diferente dos princípios de rarefação do discurso, Foucault (2014a) apresenta o ritual, as sociedades de discurso, os grupos doutrinários e as apropriações sociais do discurso como princípios de rarefação do sujeito que fala. Os dois grupos, princípios de rarefação do discurso e princípio de rarefação do sujeito que fala são diferentes entre si. Enquanto o primeiro grupo tem por função classificar, ordenar e distribuir questionando o próprio discurso; o segundo questiona o sujeito que fala. O princípio de rarefação do sujeito que fala propõe, diante do discurso, a função de "determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles [aos discursos]" (FOUCAULT, 2014a, p. 35). Foucault (2014a) entende que esse procedimento de controle do discurso tem por efeito a permissão ou não do sujeito que fala de entrar na ordem do discurso: só entra quem satisfizer certas exigências ou for qualificado para fazê-lo.

Dentre os princípios de rarefação do sujeito que fala, Foucault (2014a) compreende que o ritual é a forma mais visível. Aquilo que constitui o ritual é o fato de permitir ou não que o indivíduo fale um discurso com um efeito de verdade. Não se trata, portanto, de um controle externo (o ritual de um discurso é constituinte a ele), nem se trata de questionar unicamente o discurso. Trata-se de um procedimento que coloca em questão, também o sujeito que fala. O efeito de verdade do discurso não está (apenas) no efeito de sentido do enunciado. Seu efeito de verdade está relacionado ao ritual que deve acompanhar o discurso e da autorização ou não do sujeito de formular determinado enunciado. Compreende-se, assim, a partir dessas análises, de que maneira os discursos religiosos, jurídicos, terapêuticos e, em parte, os políticos não são dissociados de um ritual que preestabelece para seus sujeitos determinados papéis e dão a eles propriedades singulares as quais autorizam seus enunciados. (FOUCAULT, 2014a).

Por outro lado, as sociedades de discurso, diferentemente do ritual, colocam o discurso em um jogo ambíguo de segredo e de divulgação. Quanto à autorização do sujeito que fala, ela se dá não pelo ritual, mas definindo a pertença ou não ao grupo que autoriza ou não a fala. Para Foucault (2014a), o que existe em nossa sociedade que pode ser entendida como uma sociedade de discurso, são aqueles grupos que possuem um regime específico de exclusividade e de divulgação, tais como "o ato de escrever como está hoje institucionalizado no livro, no sistema de edição e no personagem do escritor [...] difusa, mas certamente coercitiva" (FOUCAULT, 2014a, p. 38); "o segredo técnico ou científico, as formas de difusão e de circulação do discurso médico, os que se apropriam do discurso econômico ou político.". (FOUCAULT, 2014a, p. 39).

Nas sociedades de discurso, os sujeitos que são autorizados a falar são limitados a um determinado número e são apenas eles que estão autorizados a falar e a fazer circular ou não o discurso. Assim, esse procedimento de controle do discurso é um princípio de rarefação do sujeito que fala.

Outra questão importante é sobre a função que tem os grupos doutrinários: a de fazer difundir o discurso. Foucault (2014a) entende que as disciplinas científicas têm a mesma função, porém, enquanto as disciplinas questionam apenas o enunciado, os grupos doutrinários questionam também o sujeito que fala. Questionam o enunciado, na medida em que há aqui procedimentos de exclusão e mecanismos de rejeição que estão presentes mesmo quando o sujeito formula enunciados inassimiláveis: "a heresia e a ortodoxia não derivam de um exagero fanático dos mecanismos doutrinários, elas lhe pertencem fundamentalmente" (FOUCAULT, 2014a, p. 40). Nesse sentido, questiona-se o sujeito que fala porque "a doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe consequentemente todos os outros; mas ela se serve em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo de todos os outros.". (FOUCAULT, 2014a, p. 41).

Desse modo, o que temos é uma dupla sujeição: os discursos aos sujeitos, na medida em que seu sentido está atrelado ao grupo doutrinário; e os indivíduos aos discursos, na medida em que, enquanto sujeitos, se identificam ou se diferenciam uns dos outros sujeitando-se aos discursos.

O último procedimento de controle do discurso para Foucault é a chamada apropriação social dos discursos. Trata-se de um procedimento que "segue em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pelas

oposições e lutas sociais" (FOUCAULT, 2014a, p. 41). A educação, por exemplo, é entendida pelo filósofo como instrumento através do qual um indivíduo pode ter acesso aos discursos. Entretanto, esses discursos, os discursos da educação, são ordenados, classificados e distribuídos "no que permite e no que impede" por meio das oposições e lutas sociais.

Essa apropriação social dos discursos é um procedimento de controle do discurso com um princípio de rarefação do sujeito que fala na medida em que ao se apropriar do discurso educativo o indivíduo se sujeita àquele discurso. O controle, ordenação e classificação do discurso, por meio da apropriação social, têm por função determinar as condições de seu funcionamento, permitir ou não que os sujeitos se apropriem deles: "Todo sistema de educação é uma maneira de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que trazem consigo." (FOUCAULT, 2014a, p. 41).

## 5. CONCLUSÃO

Essa leitura, que fizemos dos procedimentos de controle do discurso em Michel Foucault, possibilitou entender como os saberes se comportam de determinada maneira dentro de um determinado regime discursivo, dentro de um determinado regime de verdade, o que nos permite pensar e entender problematizações contemporâneas.

Foucault (2014a) compreende que os procedimentos não estão separados assim como apresenta. Trata-se de uma separação metodológica, pois, esses procedimentos se ligam uns aos outros no controle do discurso. Como já foi dito, enquanto tarefa crítica, os procedimentos de exclusão, externos ao discurso e os procedimentos de rarefação, internos ao discurso, questionam as instâncias de controle. A descrição genealógica considera as possibilidades e os limites que interferem na formação dos discursos, em seu poder de afirmação.

Foucault (2014a) apresenta de que maneira a análise crítica mostra limites de possibilidades para uma descrição genealógica. A gênese de novas formações discursivas se dá num jogo de possibilidades que, como vimos, é identificado por meio da análise crítica.

Esse entendimento possibilita uma análise que trata o discurso em sua descontinuidade, uma vez que, considerando uma formação discursiva como nova, emergente, em seus domínios de objetos, mostra-se a descontinuidade de uma unidade até então entendida como contínua.

A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torna-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. (FOUCAULT, 2015).

Nessas lutas e resistências se mostram os novos saberes, objetos e sujeitos. Para explicar melhor como conduz a genealogia, não apenas como campo de possibilidades, mas também como lugar de práticas de poder, Foucault (2015) utiliza os termos emergência e proveniência. Para ele, a emergência e a proveniência de um saber, de um sujeito, de um objeto, estão localizadas nas relações de poder dos sujeitos (FOUCAULT, 2015). Em síntese, "enquanto a proveniência designa a qualidade de um instinto, seu grau ou seu desfalecimento, a marca que ele deixa no corpo, a emergência designa um lugar de

afrontamento." (FOUCAULT, 2015, p. 67-68). Portanto, a genealogia não recua no tempo para reestabelecer a continuidade, ela localiza a emergência e proveniências nas práticas de poder.

Sobre isto, Favacho (2010, p.563) destaca que “a proveniência luta para criar a espécie, para erguê-la, para dar-lhe a consistência devida e o formato adequado, a emergência luta para mantê-la viva, luta contra si mesma para não desaparecer, para não se enfraquecer e para não definhar.”.

O poder se exerce, nesse sentido, por procedimentos e por práticas políticas relacionadas a uma formação discursiva, a um saber. Dessa maneira, é possível identificar os procedimentos a partir do caminho metodológico proposto pelo estudo arqueológico aqui apresentado como o conjunto crítico.

A parte arqueológica, a análise crítica, questiona os procedimentos de controle do discurso, para que apareçam as descontinuidades, as diferenças e a parte genealógica apreende o discurso em seu poder de construir objetos e domínios. A análise do discurso, nesse sentido, mostra o jogo dos procedimentos de controle imposto aos discursos presentes no domínio de um saber, em como ele se afirma como verdade e, ainda, como esse discurso verdadeiro, esse saber é utilizado como dispositivo discursivo de poder: saber-poder.

Podemos perceber que a análise do discurso foucaultiana nos permite ter outros olhares sobre nosso objetos de pesquisa, no nosso caso, no campo da educação, para entendermos o dispositivo discursivo de poder, a relação saber-poder, que tanto nos atravessa.

## REFERÊNCIAS

- BIROLI, Flávia. História, discurso e poder em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 119-126.
- CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.
- FAVACHO, André Márcio Picanço. Rir das solenidades da origem: ou o inesperado da pesquisa em educação. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 2, São Paulo, 2010, p. 555-569.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 4 ed. Rio de Janeiro: NAU, 2013.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.
- \_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GORE, Jennifer M. Foucault e a educação: fascinantes desafios. In: SILVA, Tomás Tadeu da (Orgs.). **O sujeito da educação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 9-20.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 13-38.

*Submetido em abril de 2021.*

*Aprovado em junho de 2021.*

**AUTORIA**

**Ana Paula Andrade**

UEMG

**E-mail:** [anapandrade@yahoo.com.br](mailto:anapandrade@yahoo.com.br)

**ORCID:** <http://orcid.org/0000-0002-8947-2957>

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8913755381980151>

**Fernanda Batista Moreira de Andrade**

Professora do Colégio Loyola

**E-mail:** [fernandamora@hotmail.br](mailto:fernandamora@hotmail.br)

**ORCID:** <http://orcid.org/0000-0003-4639-8838>

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0222838065444015>